

**A APARENTE INTERDEPENDÊNCIA  
ENTRE ÀS ORAÇÕES COORDENADAS  
E SUBORDINADAS ADVERBIAIS  
COMO FATOR IMPEDITIVO À UTILIZAÇÃO  
DO CONHECIMENTO TEÓRICO RELATIVO  
AOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PERÍODO  
COMO FONTE DE APRIMORAMENTO DAS HABILIDADES  
DE EXPRESSÃO ORAL-ESCRITA**

*José Roberto Pinto (UGDB)*  
[robertobrj@gmail.com](mailto:robertobrj@gmail.com)

**0. Introdução**

No presente artigo, não houve a pretensão de um estudo epistemológico das questões concernentes à coordenação e subordinação adverbial. Tão somente o que se propõe verificar são os processos de coordenação e subordinação sob uma visão reflexiva -pragmático- discursiva desses processos, no contexto da gramática tradicional (estruturalista), em comparação às concepções de Lucien Tesnière, em sua “sintaxis estrutural” de tendência funcionalista.

O propósito dessa verificação é com vistas a perceber a importância de ao considerar uma estratégia discursiva, a opção por estruturas coordenadas, não coordenadas, subordinadas ou não subordinadas, pode, a partir dessa opção de escolha, aumentar ou diminuir a clareza e adequação ao tipo de estrutura, controlar o modo do discurso e evitar ambiguidade.

Nesse processo de verificação, procura-se expor as concepções da gramática tradicional, os exemplos propostos pelos gramáticos mais distintos, suas definições e observações, concomitante à visão de Tesnière, quanto ao processo coordenação e subordinação. Utiliza-se para tal, a base terminológica de Tesnière e sua concepção funcionalista.

Visitando estas duas concepções linguísticas, desejamos contribuir para explicitar a importância dos processos de coordenação e subordinação sobre o aprimoramento das habilidades de construção e interpretação de textos orais e escritos.

Ao explicitar essa importância, corrobora mostrar que princípios funcionalistas são produtivos e conduzem a compreender que o processo de

articulação dos constituintes na organização textual é fundamental para recuperar e produzir sentido. Quando bem compreendido a funcionalidade de linguística, segundo o qual, os níveis sintáticos, semânticos e pragmáticos estão integrados para satisfazer necessidades comunicativas e, por isso, para produzir afeitos de sentido específico, dependendo das intenções comunicativas dos usuários da língua. No pensamento funcionalista, a sintaxe está a serviço de intenções pragmáticas que realizam representações cognitivas, semânticas. Sendo assim, iniciamos nosso trabalho com uma visão aos processos sintáticos na tradição gramatical.

### ***1. Processos sintáticos na tradição gramatical***

Admitindo os limites entre sintaxe e pragmática, verifica-se que tal limite, nunca é muito bem definido pela tradição gramatical. E no caso da subordinação e coordenação de sentenças se observa que o problema tende a se agravar consideravelmente, uma vez que este limite torna-se quase que imperceptível em alguns casos.

O que se deseja abordar neste artigo relaciona-se com a questão da interdependência<sup>1</sup> sintática e pragmática, seus fatores, na construção de períodos, a considerar como melhor alternativa na elaboração e desenvolvimento do tema, o emprego de conceitos característicos de gramática textual.

Assim, em primeiro lugar vamos definir texto. Essa preocupação já se encontrava em Quintiliano (c.30-c.100 d.C.) para quem textos é “aquilo que reúne, junta ou organiza elementos diversos e mesmo dissociados, [...] aquilo que os transforma em um todo organizado” (CHARAU-DEAU, 2004, p. 466). Contemporaneamente, Halliday e Hasan afirmam que...

Um texto é mais bem pensado não como uma unidade gramatical, mas antes como uma unidade de tipo diferente: uma unidade semântica. A unidade que o texto tem é uma unidade de sentido em contexto, uma textura que expressa o fato de que ele se relaciona como um todo com o ambiente no qual está inserido (*Op. cit.* p. 467).

---

<sup>1</sup> Halliday (1985, p. 373) entende que todas as cláusulas que apresentam relação lógico-semântica entre si são interdependentes, o que é a essência da estrutura relacional: uma unidade interdependente de outra unidade.

Consideramos assim, que a gramática textual, aplica-se como unidade expressiva a comunicar algo para alguém, em que a noção de texto...

[...] é central na linguística textual e na teoria do texto, abrangendo realizações tanto orais quanto escritas, que tenham a extensão mínima de dois signos linguísticos, sendo que a situação pode assumir o lugar de um dos signos como em "Socorro!". (Stammerjohann, 1975). Para a construção de um texto é necessária a junção de vários fatores que dizem respeito tanto aos aspectos formais como as relações sintático-semânticas, quanto às relações entre o texto e os elementos que o circundam: falante, ouvinte, situação (pragmática). (MEXIAS-SIMON, 2008)

Nesse aspecto, a gramática textual rompe a fronteira da sentença e fundamenta-se justamente no contexto pragmático do discurso.

Nesse trabalho, tentaremos demonstrar que ao observar as distintas construções estruturais das orações *coordenadas e subordinadas adverbiais*, em sua maioria, percebe-se que resultam de uma confusão, uma vez que *expressam conteúdos nocionais equivalentes*. A incapacidade em que se vê a tradição gramatical em analisar e explicar a condição de suplência entre pares de orações verifica-se no desprezo às relações entre ambos os tipos de orações, ou seja, as coordenadas e as subordinadas adverbiais.

Se, se pode fazer uma crítica à gramática tradicional, doravante GT, podemos relacioná-la ao tratamento dado a coordenação e subordinação, quanto a considerar que ela não instrumentaliza o professor, uma vez que casos de suplência de orações são exemplos típicos de variáveis a considerar quando da construção de unidades textuais complexas.

Considerado que seja a importância a uma crítica maior a GT, podemos expor o tratamento dado à coordenação e subordinação, quanto ao fato de que o falante a partir do que aprende na gramática, não é capaz de diferenciar todos os casos de orações subordinadas e coordenadas. Na realidade, o que se aprende nas gramáticas é:

Segundo Bechara, hipotaxe ou (subordinação) consiste na "possibilidade de uma unidade correspondente a um estrato superior poder funcionar num estrato inferior, ou em estratos inferiores. É o caso de oração passar a funcionar como *membro* de outra oração."

Parataxe ou (coordenação) consiste [...] em duas ou mais unidades de um mesmo estrato funcional podem combinar-se nesse mesmo nível para construir, no mesmo estrato, uma nova unidade suscetível de contrair relações sintagmáticas próprias das unidades simples deste estrato. Portanto, o que caracteriza a parataxe é a circunstância de que unidades combinadas são equivalentes

tes do ponto de vista gramatical, isto é, uma não determina a outra [...]” (BECHARA, 2009, p. 47;48)

Para Azeredo, subordinação e coordenação são processos sintáticos. “chama-se orações subordinadas as unidade ou sintagmas formados por meio da combinação de um transpositor e uma oração”. A coordenação é um processo entre unidades de mesma classe [...] ou da mesma função [...] Por sua vez, os conectivos de coordenação servem para ligar as construções, colocando-se geralmente entre elas”. (AZEREDO, 2008, p. 212; 244)

Rocha lima em seu capítulo “constituição do período”, assegura ser coordenação “a comunicação de um pensamento em sua integridade, pela sucessão de orações gramaticalmente independentes [...] e subordinação [...] há uma oração principal, que traz presa a si, como dependente, outra ou outras. Dependentes, porque cada uma tem seu papel como um dos termos da oração principal”. (LIMA, 2010, p. 321; 323).

Ao admitir o que cada autor descreve em sua gramática como sendo coordenação e subordinação, podemos concluir, o que se aprende nas gramáticas escolares é que orações coordenadas mantêm total independência sintática com relação à oração a que se coordena. Enquanto orações subordinadas são sintaticamente dependentes da principal; donde se conclui que, se existe algum valor semântico especial na oração, então o que o define propriamente é a conjunção coordenativa ou subordinativa.

Assim, o expresso acima, a oração “Roberto comeu veneno e morreu” necessariamente se expressa como uma oração coordenada aditiva, uma vez que apresenta como elemento coordenativo uma conjunção coordenativa “e”. Tal valor aditivo se dá na oração pela tradição gramatical do uso das conjunções como parâmetro de definição do valor semântico. A valorização do uso da conjunção nessa definição remonta a tradição<sup>1</sup> greco-romana em que as conjunções assumiam valor de marcadores de conexão lógica entre partes do discurso.

Entretanto, essa relação lógica não explica de certo o que se verifica em: “*Roberto comeu veneno*” e “*Roberto morreu*”. Como se observa, há uma relação evidente de causalidade que ora está sendo desprezadas, quando se admite a existência de uma oração coordenada aditiva.

Admitindo-se que a conjunção é o que realmente estabelece relação semântica entre as orações, pergunta-se *de que forma podemos esclari-*

---

<sup>1</sup> A partir dos trabalhos de Lima (1995), Moura Neves (2002, 2005), Pereira (2002, 2006), Auroux (1992), Weedwood (2002), entre outros, se pode verificar questões relativas a tradição do discurso gramatical.

recer o aluno, quanto à distinção entre orações coordenadas explicativas e subordinadas adverbiais causais? Pensando que muitas vezes, tais orações, são introduzidas pelo mesmo vocábulo fonológico.

(1.1) Roberto morreu porque tomou veneno.

(oração subordinada adverbial causal)

(1.2) Roberto morreu porque houve infecção generalizada.

(oração coordenada explicativa).

A diferença entre os vocábulos aplicados, ou seja, o termo<sup>1</sup> (porque) em cada oração acima, se distingue quando da análise semântica do emprego desses vocábulos.

Verificando as gramáticas quanto a definições apresentadas com relação às orações subordinadas adverbiais causais e coordenadas explicativas, percebe-se nessas definições o emprego de termos controversos. Vejamos:

(1.3) Orações coordenadas explicativas: caracterizam-se por fornecer um *motivo*, explicando a oração anterior.

(1.4) Orações subordinadas adverbiais causais: exprimem a *causa* do fato.

Quando se analisa as considerações acima, observamos que os termos “motivo” e “causa” são empregados pelos gramáticos, até, de forma um pouco difusa. O que causa certa incompreensão por parte dos alunos quando acessa o texto das gramáticas escolares.

Bechara, em sua gramática, na parte que relaciona “outras particularidades das orações adverbiais”, afirma que “as orações subordinadas adverbiais iniciam-se pelo transpositor *que*, acompanhado de preposição ou advérbio ou de outras unidades adverbiais”. CAUSAIS: quando a subordinada exprime *causa, o motivo, a razão* do pensamento expresso na oração principal [...] (BECHARA, 2009, p. 493)

Em Rocha Lima, há uma abordagem mais explicativa quanto ao fenômeno do uso do “porque” nas adverbiais causais e coordenadas explicativas. Por tratar-se da expressão máxima do autor, em suas explicações, transcrevemos literal o texto.

---

<sup>1</sup> Em busca de mais esclarecimentos sobre a conjunção “porque”, experimentemos agora um ângulo de visão especificamente sintático. Quais seriam os fundamentos gramaticais responsáveis por essa dupla interpretação? Carone, 1988; Carlos Vogt (1989);

- A oração causal indica o fato determinante da realização, ou não realização, do que se declara na principal.

As conjunções *que* e *porque* ora têm valor coordenativo (conjunções explicativas), ora valor subordinativo (conjunções causais). Em certas línguas, distinguem-se estes dois papéis pela diversidade de partícula: no primeiro caso, equiparam-se ao francês *car*, ao inglês *for* e ao alemão *denn*; no outro, valem, respectivamente, *por parce que*, *because* e *weil*.

Nem sempre é fácil, por sem dúvida, diferenciá-las com nitidez. Todavia, atente-se para os seguintes traços caracterizados de uma e outra:

**a) Valor coordenativo:**

A oração coordenada de *que* e *porque*, como, aliás, qualquer oração coordenada, é feita para introduzir uma ideia nova, dentro de uma sequência do tipo A+A. Por encerrar a justificação do que se disse na oração anterior, tem, forçosamente, de seguir-se a esta. Por outro lado, separa-a da oração antecedente uma pausa de certa duração – pausa que, com frequência, se assinala por ponto e vírgula e, até, por ponto simples, além de se marcar, naturalmente, por vírgula:

“Não é oração aceitável a do ocioso; *porque* a ociosidade o dessagra.” (oração aos moços – Rui Barbosa)

**b) Valor subordinativo:**

A oração subordinada de *que* e *porque* é parte de outra oração, na qual funciona como adjunto adverbial – dentro de um esquema do tipo determinado + determinante, ou por outras palavras: principal + dependente. E entre elas existe, necessariamente, uma relação de “causa” e “consequência”. Eis aí a verdadeira pedra de toque: a oração principal encerra sempre a consequência do que se declarou na subordinada, e nesta, por sua vez, se apresenta a razão sem a qual não haveria aquela consequência. Em suma: é parte correlativa do mesmo todo.

Além disso, a subordinada causal pode antepor-se à principal, caso em que ela se separa por causa menor, marcado por vírgula; pospondo-se-lhe, pode também isolar-se por vírgula, ou até, dispensar sinal de pontuação.

Comparem-se os exemplos:

“*Espere-me um instante, que (porque) não demorarei.*”

(Evidentemente, não existe, aí, nenhuma relação de causa e consequência; com a segunda oração, faz-se tão só uma justificação do que se recomenda na primeira.)

Já na frase:

“*O capitalista se matou / porque estava arruinado.*”

A oração “*porque estava arruinado*” nos informa sobre a condição determinante, a razão eficiente da morte do capitalista. Se ele não estivesse arrui-

nado, não se teria matado; portanto, o estar arruinado (causa) foi o que acarretou a ter-se matado (consequência). (LIMA, 2010, p. 342; 343).

Como podemos observar, em Bechara temos uma definição pouco clara ou objetiva, ele afirma ser a subordinada causal o que exprime causa; motivo, razão do pensamento expresso na oração principal. Em Rocha Lima, a oração causal se mostra como fator determinante da realização ou não do que se declara na oração principal. Também admite a conjunção *porque* com valores distintos e condicionados a seus contextos, ou seja, coordenativo ou subordinativo. Seus esclarecimentos quanto ao emprego da conjunção *porque* e *que*, ficam circunscritos aos termos de que se utiliza para explicar suas observações e de antemão às explicações, admite não ser “fácil, por sem dúvida, diferenciá-las com nitidez”. O que fica com certa objetividade, é a questão de que “certas línguas, distinguem-se estes dois papéis pela diversidade de partícula.” Exemplifica sua observação com as línguas francesa, inglesa e alemã. Certamente privilegiadas por fonemas distintos para cada situação.

Abaixo temos os exemplos:

- “valor coordenativo (conjunções explicativas)  
- francês [car]; inglês [for]; alemão [denn]”
- “valor subordinativo (conjunções causais)  
- francês [parce que]; inglês [because]; alemão [weil]”

Lamentavelmente, ainda se depara hoje, com uma gramática pouco expressiva em sua proposta orientativa aos fatos da língua, por pouca objetividade em diferenciar os fatos narrados anteriormente.

Em sua tradição, a gramática propõe para análise das questões já vistas no exemplo (1.1), a existência ou não de dependência sintática entre os termos do período; e classificação da conjunção. Tais fatos, na medida em que não se esclarece exatamente o que considerar para assinalar a existência ou não de dependência sintática, costuma-se adotar o princípio de que a oração adverbial distingue-se da coordenada por funcionar como adjunto adverbial.

Nesses termos, entretanto, o adjunto adverbial quanto a seu antecedente, nem sempre é evidente e claro, pois pode apresentar-se como uma oração inteira. Nesse caso, o que assegura o advérbio a situação de adjunto adverbial é a relação semântica que contrai com a oração toda.

Quando se considera a relação semântica entre dois termos, quanto da dependência sintática, então, os parâmetros considerados pela GT não são capazes de conduzir a qualquer diferenciação entre orações coordenadas explicativas e subordinadas adverbiais causais. Pensando para que funcionem tais diferenciações, a gramática deveria esclarecer o que se considera exatamente como papel sintático de adjunto adverbial nestes casos.

A considerar o estudo escolar da coordenação e da subordinação, via de regra, tais estudos restringem-se tão somente à definição de estratégias classificatórias. Alunos são instruídos a localizar a conjunção<sup>1</sup> e, em caso de dúvida ou homofonia, analisar o conteúdo expressivo no período. O contexto sintático só funciona mesmo para isolar as orações substantivas e adjetivas das demais, já que nestes casos existe, de fato, uma evidente dependência sintática com relação à oração principal. Nos demais casos isto não ocorre. Desta forma, parece que a distinção entre coordenadas e subordinadas adverbiais existe tão somente do ponto de vista semântico (ou morfológico, se considerado o privilégio dado ao tipo de conector usado na construção do período). O que se questiona a essa altura é: *os processos de coordenação e subordinação são construídos por noções semântica ou sintática?* Se, se considerar relação estritamente sintática, então há razão ou motivação para que se encontrem considerações sobre especificações de ordem semântica. Considerando-se uma essência semântica, aí não se teria como justificar uma série de fatores gramaticais correntes nas línguas naturais. Quanto a essa questão, retomaremos no capítulo seguinte.

Mesmo omitindo as causas, a gramática admite estreita dependência semântica entre as orações coordenadas e subordinadas adverbiais que se revela em características sintáticas particulares. Disso se verifica as inúmeras classificações de ordem semântica, sendo demasiado supor que a tradição gramatical ignore qualquer fato linguístico característico em criticar seus pressupostos teóricos. A questão problema das gramáticas remonta a maneira como tratam dos fatos. “Ao se comparar o tratamento dado ao período composto pelos gramáticos Bechara (2009), Cunha & Cintra (1985), Rocha Lima (2010) e Luft (2002), nota-se que há divergência não só quanto à interpretação, mas também quanto à classificação das orações.” [...] Essas divergências tornam-se evidentes princi-

---

<sup>1</sup> O significado passado pela conjunção está, para Vogt, intimamente ligado ao processo de estruturação de períodos.

palmente no âmbito do período composto por subordinação – mais especificamente, no das orações adverbiais –, embora também ocorram no âmbito do período composto por coordenação.” [...] (Mateus et al., 2003).

Ainda em Mateus, podemos ver a preocupação quanto a questões que relacionam conjunções. Tais questões, são vistas pela autora, quando questiona se “as coordenadas ‘assindéticas’ também veiculam as relações de adição, contrajunção, causa e consequência, por que só se referir a elas quando as conjunções estão expressas? E por que não atentar para o fato de que uma mesma conjunção pode veicular relações semânticas diversas?” (MATEUS et al., 2003). Veja-se que os significados que a mesma conjunção (porque) pode imprimir situações bem típicas e controversas:

- (porque) - *Conjunção coordenativa explicativa* – liga duas orações na segunda das quais se esclarece a ideia contida na primeira. São elas: *pois, que, porque, etc.* (GT)
- (porque) - *Conjunção subordinativa causal* – inicia uma oração subordinada denotadora de causa. São elas: *porque, porquanto, já que, visto que, se, como* (só no início de frase), *uma vez que*. (GT)

(1.5) Foi de táxi para a festa *porque* estava atrasado = Foi de táxi para a festa já que estava atrasado = Como estava atrasado, foi de táxi para a festa. (neste caso um conceito de causa)

(1.6) Foi de táxi para a festa *porque* estava atrasado = Foi de táxi para a festa, pois estava atrasado = que estava atrasado, foi de táxi para a festa. (neste caso um conceito de explicação)

Como se pode concluir, o aspecto pragmático é bem evidente quando se deve considerar o contexto de uso de conjunções que podem por seu turno veicular relações semânticas diversas.

Ao finalizar este capítulo, deixaremos um quadro que mostra o conteúdo relativo à coordenação e subordinação; trazidos pela GT, e empregados no ensino de língua materna. O quadro nos permite observar que, o que é apresentado pela gramática, está bem próximo do que se propõe como ideal, uma vez que capta as propriedades básicas de cada oração.

No próximo seguimento, sem nenhuma pretensão, tentaremos mostrar algumas razões que contribuíram para motivar a GT a estabelecer o quadro que ora apresentamos e que é hoje empregado no ensino de língua materna. Algumas questões suprimidas é que será alvo de nossas observações.

O que nos motiva a tal apresentação, é tornar público, as questões suprimidas ou omitidas pela GT, em que a tradição gramatical ao suprimir dos textos escolares, deixa de instrumentalizar os professores e, estes, tornam-se incapazes de instruir convenientemente seus alunos na consecução de seu objetivo primário que é a proficiência em escrita e leitura. Então, ao assumir a questão do artigo, ou seja, as considerações quanto a coordenação e subordinação – assumimos o princípio de que a coordenação e subordinação devem ser objetos de estudo pelo aluno – se puderem ser empregados para aprimorar as suas habilidades de expressão. Isto, porém, não pode ser alcançado através de estratégias de ensino baseadas exclusivamente no texto teórico da GT.

Quadro demonstrativo do conteúdo relativo à coordenação e subordinação, trazido nas gramáticas tradicionais e empregado no ensino de língua materna.

Q1

QUADRO COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO GRAMÁTICA TRADICIONAL			
Oração coordenada	Orações sub. substantivas	Orações sub. adjetivas	Orações sub. adverbiais
Aditiva	Subjetivas	Restritivas	Causais
Adversativa	Objetivas diretas	Explicativas	Consecutivas
Alternativa	Objetivas indiretas		Condicionais
Conclusiva	Completivas nominais		Concessivas
Explicativa	Predicativas		Comparativas
	Apositivas		Conformativas
			Finais
			Proporcionais
			Temporais
			“Modais” “Locativas”
			“Agente da Passiva”

2. *Especificidades dos processos sintáticos em coordenação e subordinação*

Devemos admitir preliminarmente que coordenação e subordinação são conceitos relativos a processos sintáticos particulares que derivam da concepção tipicamente estruturalista da língua humana.

Na vigência da linguística estruturalista, muitos foram as considerações quanto à análise dos mecanismos próprios do sistema da língua. No caso da coordenação e da subordinação, há uma verdadeira sequência de estudos em que muitos teóricos se destacam. Em nosso caso, aqui, nos utilizaremos das terminologias de Tesnière.

Não raro, pensava os estruturalistas, que a língua humana, no que Saussure apregoava como faculdade da linguagem – é dela um dos produtos. Considerado esta faculdade nada mais é do que um mecanismo mental, próprio do ser humano, do qual são construídos e empregados sistemas semióticos, com base na noção primária de estrutura.

Para que se possa entender a noção de estrutura, consideramo-la como os mecanismos básicos por que opera o método estruturalista: relações associativas e sintagmáticas.

Consideram-se relações associativas, as que garantem às unidades significativas, os signos linguísticos. – no espaço das línguas naturais, uma significação e uma identidade para o sistema. Nesse sentido, pode-se dizer nestas relações, que as unidades se confrontam umas às outras e podem ou não ser ‘unidades de sistemas’, caso mantenham ou não uma relação opositiva. Quanto ao que garante dois sinais [*canavial* (kanavi’aw) dialeto] e [*vela* (‘vela) dialeto] (silva,2008), a condição de unidades significativas na língua portuguesa, é o fato de existir um acordo tácito entre seus falantes, que atribui a cada signo um significado distinto e particular. Por outro lado, dois sinais, [*tia* – (‘t)ia) Belo horizonte] e [*tia* – (‘tia) Cuiabá] (silva,2008), não tem a situação de unidade significativa na língua portuguesa porque tem idêntica significação. São, portanto, uma única unidade, uma vez que ambas as palavras se opõe a muitas outras.

Quanto às relações sintagmáticas, são as que dão feição à estrutura formal da gramática, ou a qualquer outro sistema semiótico. Tais relações, a partir da seleção de suas unidades significativas, criam sintagmas quando esta unidade contrai uma relação de dependência sintática, normalmente chamada de relação determinativa. Assim, essa dependência sintática associa-se com outra unidade significativa que domina a relação sintática. Essa unidade dominante no sintagma é chamada termo determinado, tal unidade dominante é identificada através de seu papel semântico predominante. Todo determinante é núcleo semântico do sintagma. O que assegura a um sintagma um papel sintático é a sua situação de opositiva com relação aos demais sintagmas do mesmo sistema.

Uma estrutura é o produto de uma relação sintagmática. Portanto, é o complexo formado por dois termos significativos para um sistema que constrói entre si uma relação de dependência semântica, denominado determinação.

Não obstante, o sintagma estruturalista é exclusivamente baseado na relação de determinação entre dois termos, cuja grandeza é muito variável. Uma vez que a noção de estrutura é baseada no sintagma, a análise decorrente do método estrutural é sempre fracionária e encontra problemas para dar conta de unidades que consideram a totalidade dos termos empregados pelo falante.

Pelo exposto, Saussure exclui do alcance do método esse tipo de unidade, dizendo tratar-se de fato da fala e não da língua. Nesse caso, o sistema coletivo, ou seja, o estudo da língua restringe-se ao levantamento das estruturas que o falante tem armazenadas na mente.

As estruturas de um sistema têm por trás de si dois princípios axiomáticos elementares: o primeiro é o da linearidade, e o segundo é o da especificidade funcional. O primeiro estabelece que todo enunciado é uma sequência de termos no qual cada um deles ocupa um lugar predeterminado pela estrutura, ou seja, no contexto estruturalista, indica que uma estrutura composta por dois termos só pode haver um e somente um termo determinado e um, apenas um termo determinante. Caso dois termos possam ser empregados ao mesmo tempo em uma mesma função determinativa, sejam considerados determinados ou determinantes, os dois termos é interpretado com sendo um só, por força deste princípio.

O segundo princípio estabelece que, termos de uma estrutura, é especializado por exercerem sempre uma das funções: determinado ou determinante. Esses dois princípios reproduzem em muito as possibilidades de expansão do sistema. A língua humana apresenta dois mecanismos que operam no sentido inverso do que é pedido pelos dois princípios axiomáticos. Esses dois princípios são, a saber: a coordenação e a subordinação.

Consideramos a coordenação como o mecanismo que opera o inverso do previsto pelo princípio da linearidade. Assim, é possível multiplicar um dos termos de um sintagma com este mecanismo, contudo, a estrutura que contém o sintagma permanece inalterada porque o termo multiplicado continua mantendo dentro da estrutura a mesma função e a mesma natureza semântica. Dessa forma, quando se coordenam dois termos na função de determinante de outro termo determinado, é necessário

que os dois termos tenham as mesmas propriedades sintáticas (mesma classe), e as mesmas propriedades semânticas com relação ao núcleo semântico do sintagma. É condição mínima para se ter uma estrutura: *pertinência sintática e acordo semântico*.

Quando se verifica que há na coordenação um mecanismo que não é natural dentro do sistema, vê-se que ele interfere sobre o princípio elementar da linearidade. Assim, toda vez que é acionado, a estrutura deve ser marcada por um índice gramatical que indica essa não naturalidade, ou seja, a situação extraordinária. Esse índice, na coordenação, é marcado pela conjunção coordenativa. Porém, não se reveste em a única marca, uma vez que outras podem assumir tal condição. A saber: qualquer pausa longa na enunciação; seja um deslocamento, seja a coordenação. Verifica-se nesse jogo, que em nenhuma circunstância, a coordenação está isenta de uma marca intrínseca e correspondente, ela não se restringe, portanto, a sua própria condição, há muitos outros, como um dos exemplos diria – o sujeito composto.

- (Os) (patos e marrecos) dte – determinante

*dte ddo ddo* – determinado

- (Dois ou tres) (frangos)

*dte ddo*

- (As frangas) (fugiram)

*dte ddo*

Evidentemente que a origem do processo de coordenação é sintática, mesmo sofrendo de restrições de ordem semântica, estas não são suficientes para que o processo não seja considerado como de ordem sintática. Tais restrições, a considerar, interferem, igualmente, na coordenação de sentenças. Assim, como ocorre nos demais casos, a alternativa segura é avaliar a coordenabilidade dos dois termos do período, analisando a natureza semântica entre os termos do período, em princípio, pode independe da marca de coordenação porque a natureza é inerente a cada termo, independentemente da conjunção. *É propriamente a sequência de termos que determina a interpretação semântica e não o conectivo*.

Nos exemplos a seguir, não será difícil perceber que todas as orações são introduzidas pela mesma conjunção, porém, a natureza semântica diferente, devido ao tipo de relação que tem com a oração antecedente.

(1.7) Roberto ingeriu veneno e morreu. (consequência)

(1.8) Roberto ingeriu veneno e não morreu. (adversidade)

A subordinação é um processo que não sofre qualquer restrição procedente da semântica, ao contrário da coordenação. Isso se dá devido ao mecanismo que opera o inverso do princípio da especificidade funcional. A subordinação, basicamente permite que se empreguem termos em certas estruturas e funções que não seja própria a ela. Assim como a coordenação, a subordinação também não é um processo natural e, por isso, se utiliza de certas marcas, que igualmente à coordenação, se faz valer de marcas específicas que indiquem a situação extraordinária.

Em português, os casos comuns de subordinação são as locuções adjetivas e adverbiais, em que os substantivos formalizam funções apropriadas aos adjetivos e aos advérbios, respectivamente.

Quanto a marcas de subordinação, podemos afirmar que são inúmeras: pronomes relativos; marcas de infinitivo, gerúndio e particípio e, segundo Tesnière, os *suffixos* empregados na derivação de palavras. Em que estas marcas pertencem a uma classe de termos da língua, os translativos. Tais termos derivam de processos de translação. A translação seria assim, nos termos de Borba (1979), explicando Tesnière, como uma operação gramatical capaz de mudar a classe de um componente lexical:

A base teórica da translação está no fato de que qualquer unidade linguística pode emigrar de uma classe gramatical para outra, através de determinados processos, o que também acarreta mudança de função (1979, p. 105).

A translação assim vista, é o efeito sintático causado ao termo pela marca apropriada. Não se pode dizer que o translativo é desprovido de função sintática ou apenas se presta a ligar dois termos da sentença. A marca de subordinação tem função subordinativa, uma função tipicamente sintática, não sendo ela, uma forma despreziosa de ligação. Mas sim, parte do determinante ou parte do determinado. No exemplo “casa de cachorro” constata-se que o termo “*casa*” não se liga ao termo “*cachorro*” pela preposição *de*, uma vez que o termo “*de cachorro*” é indivisível neste sintagma, porque opera a combinação entre a preposição “*de*” e o termo “*cachorro*” constata-se como função de determinante. Nem “*de*” nem “*cachorro*” são determinantes isolados. Quanto aos sufixos, criados em Tesnière, a questão anterior fica mais clara quando se analisa nessa perspectiva a palavra “*certeza*” em que há dois termos: uma base “*cert*” e um sufixo “*eza*” que dá base adjetiva propriedades funcionais de substantivo. A importância da translação está na sua produtividade na constituição do enunciado. Por um lado, supre as lacunas do léxico, em cujo repertório nem sempre se encontram itens para cumprir todas as

necessidades comunicacionais do enunciador. Segundo Carone (1986, p. 64), “É um recurso gramatical que permite um crescimento ilimitado das possibilidades de expressão. Em português não temos, por exemplo, um adjetivo para informar sobre a “natureza batata” de uma sopa”.

Claro, o recurso da translação nos permite transformar o substantivo “batata” em locução adjetiva para dizer: sopa de batata.

Assim, a translação exerce papel importante na construção gramatical do enunciado e concede noção clara sobre classes gramaticais. Neste caso do termo “certeza”, não se questiona a existência de um único termo. Pois o mesmo ocorre nos demais tipos de estruturas subordinadas.

Q2

TERMOS		TRANSLATIVO	SUBORDINADO
lata	d’água	de	água
determinado	determinante		
maldade	pura	dade	mal
determinado	determinante		
disse	que ia à praia	que	Ia à praia
determinado	determinante		
lama	que afunda o pé	que	afunda o pé
determinado	determinante		

O processo sintático de coordenação e subordinação na visão de Tesnière, não pode ser analisado pelo mesmo processo que analisa as situações ordinárias. Sendo assim, sugere considerar dois sistemas sintáticos paralelos entre si: a hipotaxe e a parataxe. Aquela referente à subordinação, esta, referente à coordenação. Tanto uma quanto a outra, abrem precedentes ao encadeamento natural da sintaxe. A parataxe investiga a expansão de um dos termos do sintagma derivado do processo de coordenação. Tal expansão, não pode ser analisada pela sintaxe normal, porque a coordenação não altera a estrutura prevista no sistema. Já a hipotaxe, prevê um canal paralelo de relações sintáticas que nasce em um dos termos do sintagma e se aprofunda para um nível inferior e sintaticamente independente da sintaxe da sentença. Assim, a sintaxe prevê uma estrutura “E” constituída por dois termos básicos que exercem a função de determinante e determinado, respectivamente. A parataxe prevê que esta mesma estrutura “E” pode ter um de seus termos expandido. A hipotaxe por sua vez, aprofunda a análise do segundo termo e encontra dois sintagmas. A existência destes dois sintagmas dentro do termo determinado + determinante é desprezível para a sintaxe normal.

Como podemos observar dessa pequena consideração, há muita motivação para considerar a coordenação e subordinação como dois processos de ordem sintática, decorrente da sua origem e fundamentação nos pressupostos estruturalistas. Entretanto, não há que se evitar, sobretudo na coordenação, o componente semântico. Pois este componente impõe condições específicas à estrutura da sequência em que se dá a coordenação. É o que será abordado no próximo segmento deste trabalho.

### 3. *Subordinação semântica*

Num período composto, normalmente estruturado – isto é, não construído por frases de situação ou contexto –, as orações se interligam mediante dois processos sintáticos universais: *a coordenação e a subordinação*. Assim Garcia (2010) inicia seu texto “Processos sintático”, no livro – *Comunicação em Prosa Moderna*.

No mesmo livro, o autor causou muita polemica ao comentar a subordinação semântica. Contudo, o termo considerado por ele, certamente mal entendido, não se referia ao termo *subordinação* empregado pelos linguistas estruturalistas. Mas, ao contrario do que se supunha, a subordinação semântica nada mais é, do que uma dependência semântica que rege a sequência de termos coordenados.

Quando se vê a coordenação como um processo sintático, naturalmente pode-se conceber que o tipo de dependência semântica a considerar seja entre dois termos do sintagma, o determinado e o determinante. Quando se observa o seguinte exemplo: “espada delgada e felpuda”, observa-se que há perfeita coordenação e independência sintáticas predita nas gramáticas tradicionais. Contudo, também se vê que tal construção apresenta uma qualificação que simplesmente não se aplica ao termo “espada”. Logo, o termo determinante em que se dá a coordenação (delgada e felpuda) é inadequado para exercer esta função relativamente ao termo determinado (espada). Nesse caso, não existe nada que o torna impróprio quanto à ordem em que aparecem os termos coordenados. Tal condição se manteria, mesmo que os termos fossem invertidos em suas posições, ou seja, “espada felpuda e delgada”, ainda assim, persistiria a inadequação. Uma vez que se utilize termo adequado ao sintagma, ou seja, “espada delgada e afiada.” O sintagma deixa de ter problemas, não importando a ordem em que os termos apareçam: “espada delgada e afiada”, “espada afiada e delgada.”

Conferindo os exemplos acima, constatamos que a coordenação do ponto de vista estritamente sintático, não importando a ordem que possam apresentar-se, pode-se considerá-la irrelevante, uma vez que ambos estão comprometidos pelo outro termo do sintagma. O que se vê, é que há um acordo semântico que serve de base para a construção do sintagma. Quanto ao que se pode constatar, podemos dizer em linguagem formal que: em uma estrutura “E” o termo “t” contrai uma função com dois termos coordenados “t1” e “t2”, então a estrutura “E” pode configurar-se como  $[t/(t1+t2)$  ou  $t/(t2+t1)]$ .

Entretanto, pode ocorrer que em algumas vezes o processo de ordenação se aplica a formas que esta além da noção de estrutura: a sentença. O que nesses casos, suscitaria a questão de não haver qualquer restrição de ordem semântica e, portanto, os termos e a sequência de termos fossem regidos exclusivamente pelo princípio de coordenar elementos. Caso isso fosse verdadeiro, qualquer sequência (a+b) ou (b+a), ou mesmo qualquer “a” ou qualquer “b”, podem ser aceitos como bem coordenados. É claro que, nada disso se faz verdadeiro.

Para visualizar o que foi dito anteriormente, vamos testar se realmente “a” ou qualquer “b” poderia ser aceitos como termos bem coordenáveis. As frases abaixo demonstram que, de fato, isto não é possível.

(3.1) A campainha tocou e Roberto vai sair com o carro amanhã.

(3.2) O corte esta sangrando muito, mas os legumes não vão ficar salgados.

(3.3) Naquela noite, comi e abri a caixa de correios.

O que se constata nos exemplos, é a existência de algum problema além da simples falta de incoerência. A incoerência é plenamente coordenável, quando se quer expressar a própria incoerência.

Por exemplo:

(3.4) Ligou a televisão nas alturas e foi dormir.

(3.5) Passou horas escrevendo uma carta e contou tudo pelo telefone.

(3.6) Odeia cheiro de fumaça e passa o dia a fumar.

A incoerência entre as ações expressa tem coerência, ou melhor, tem coordenabilidade.

A incoerência esta no fato de existir o inusitado, ou seja, aquilo que muitas vezes gera uma fração de humor. O caso das frases (3.4); (3.5); (3.6) é diferente. Não se pode dizer que há coordenabilidade, por-

que a incoerência não está no inusitado, mas na impossibilidade de simultaneidade no processo de coordenabilidade. Se existir um contexto adequado, então a coordenabilidade passa a ser possível, mas restrita àquelas pessoas que vivenciam o contexto.

Difícil, mas passível de ocorrência, uma cozinheira com um pote de sal na mão, a panela de legumes no fogo, cai uma faca e corta-lhe o pé – e a cozinheira diz: O corte esta sangrando muito, mas os legumes não vão ficar salgados. Nem mesmo o sinistro fará com que a cozinheira derube o pote de sal na panela.

O que se depreende do que foi exposto é que na coordenação de duas sentenças, a seleção dos termos não é aleatória. Mesmo que não haja o mesmo tipo de restrição semântica que se verifica na formação do sintagma, existe uma restrição determinada pelo contexto em que se encaixam as duas situações coordenadas.

A coordenabilidade de duas sentenças depende de sua contextualidade quando se diz que essa dependência atrela-se a possibilidade das duas situações expressas ocorrerem de fato, ou unicamente serem citadas em um mesmo momento no tempo.

Para ficar claro o que mencionamos, vamos testar se qualquer sequência (a+b) ou (b+a) é igualmente coordenável quando se trata de duas sentenças. Em que a coordenação sendo um processo sintático e, o contexto o fator em que se satisfazem as restrições semânticas típicas da ordenação, então, imagina-se que não exista restrições quanto à ordem dos termos coordenados na sequência. Este é o caso das frases abaixo:

(3.7) Roberto está jogando bola e Alan foi à praia.

(3.8) Alan foi à praia e Roberto está jogando bola.

As construções (3.7) e (3.8) é similar ao de sintagmas como “Roberto e Ana casaram” ou “Ana e Roberto casaram”. Os termos coordenados satisfazem as condições semânticas exigidas pela estrutura ou pelo contexto e são gramaticalmente equivalentes e independentes. O que torna os termos controláveis é, sem dúvida, as restrições semânticas externas o único fator controlador. Porém, há frases, que contrariam este comportamento: são as condicionadas por fatores controladores internos. Observe-se.

(3.9) Roberto suicidou-se e foi enterrado às cinco horas.

(3.10) ! Roberto foi enterrado às cinco horas e suicidou-se.

(3.11) Roberto quebrou o pé e sentiu muita dor.

(3.12) ! Roberto sentiu muita dor e quebrou o pé.

(3.13) O elevador enguiça todo dia, portanto não contem comigo na hora marcada.

(3.14) ! Não contem comigo na hora marcada, portanto o elevador enguiça todo dia.

A dependência semântica, observada nas frases acima, é de tal ordem, que se torna impossível alterá-las. Há uma dependência, quando se verifica entre as duas sentenças uma relação de causalidade: o primeiro termo expressa a causa do segundo, que evidentemente a consequência. Tais restrições do contexto a que estão imersas, nestes casos, a coordenação sofre restrições de ordem semântica, tanto internas como externas.

Essas restrições semânticas demonstram que o processo sintático não pode ser considerado unicamente como relacionado à sintaxe quando opera sobre sentenças. Uma vez que nem a seleção dos termos, nem a sequência de coordenação é aleatória. Por ser inerente à situação expressa, a casualidade é naturalmente interpretada a partir da sucessão de fatos: se um fato é causa de outro, então esse fato é temporalmente anterior ao outro. A coordenação em seu processo não tem propriedades específicas além da coindexação de termos. Assim, para expressar a causalidade através da coordenação, é impreterível respeitar a sequência natural dos fatos pela coindexação. A ordenação dos termos “causa” e “consequência”, é o que permite a expressão de casualidade. Nesses termos, o processo de coordenação está subordinado à semântica. Verifica-se aí, uma subordinação à semântica e não uma subordinação semântica. Enquanto aquela é o mesmo que dependência de fatores semânticos, esta simplesmente não existe. O processo de subordinação é restrito à sintaxe, particularmente à sintaxe estruturalista, e tem a ver com o estado em que se encontra um dos termos de uma estrutura em que se dá o processo de translação descrito por Tésnière, ou seja, a transformação de uma categoria gramatical em outra.

Quanto à questão da casualidade, esta se relaciona às restrições semânticas internas aos termos de coordenação. Assim, fica uma última questão a ser deflagrada, ou seja, definir os tipos de relações de casualidade e sua origem mental.

Podemos dizer que a casualidade decorre de *mecanismos cognitivos inerentes ao ser humano*<sup>1</sup>. Trata-se de uma relação tipicamente humano, ou seja, existe um mecanismo mental gerador de causalidade. Não nos deteremos a explicar esse fato, uma vez que, nos interessa dizer que existem relações de casualidade a que podemos denominar “causas naturais”. Uma causa natural é uma relação cuja verdade é incontestável através de argumentos racionais tangíveis.

Trata-se dessa forma do que explicam fatos da seguinte natureza:

(3.15) A água atinge 100° ao nível do mar e entra em ebulição.

(3.16) A criança teve diarreia e ficou desidratada.

O mecanismo mental que estabelece relações de causalidade não analisa apenas situações naturais em que a verdade é incontestável. A causalidade é propriamente a base da significação. Logo, todos os estados intelectuais do homem analisam ou geram relações de causalidade. Eis aí, então, que surge a necessidade de se estabelecer uma tipologia de relações causais.

Há dois tipos de relação causal: aquela em que a verdade é incontestável e aquela em que a verdade é contestável; porque a causa não é natural, não é provável ou, simplesmente é um equívoco. O falante, porém, modaliza (atribui um modo) a causalidade não natural e a expressa de duas maneiras: uma como se fosse real ou outra, como se ele próprio duvidasse.

(3.17) Roberto não pregou o prego direito e o quadro caiu no chão.

(causa não natural como se fosse real: poderia ter sido o vento, uma leve trepidação no solo, a má colocação do quadro, etc.)

(3.18) Roberto não deve ter pregado o prego direito e o quadro caiu no chão.

(Causa não natural como se houvesse dúvida.)

A expressão de uma relação causal não natural como se fosse real tem para o falante o mesmo valor de uma causa natural e, de fato, só não será interpretada como natural se o interlocutor conhecer outra possível

---

<sup>1</sup> A esse tema pode-se conferir em: LOCKE, John. *Ensaio sobre o entendimento humano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. PINKER, Steven. *O instinto da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. RASTIER, François. *Sémantique et recherches cognitives*. Paris: P.U.F., 2001. Lucien Tesnière: *Éléments de syntaxe structurale*. Philosophie et Sciences Cognitives, *Rev. Intellectica*, n° 17, Paris, 1993/2.

causa que contraste a relação. Tal fato pode tornar-se inconveniente, quando da classificação de orações coordenadas e subordinadas adverbiais, o que será assunto da próxima parte deste trabalho. Por ora, finalizamos esta parte com a definição dos três tipos possíveis de relações causais:

(3.19) Causalidade natural

(3.20) Causalidade não natural expressa como natural

(3.21) Causalidade não natural expressa como não natural.

#### **4. As orações coordenadas e subordinadas adverbiais**

Após algumas considerações importantes ao nosso assunto principal, chegamos finalmente ao campo em que a coordenação e a subordinação apresentam-se em situação limite. Antes, porém, de adentrar nosso assunto, coordenadas e subordinadas adverbiais, trataremos algumas considerações que diz respeito à função adverbial.

##### **4.1. A função adverbial**

Quando se considera a metodologia estruturalista, verifica-se que o advérbio representa um problema para esta metodologia. Na verdade, o problema reside no que se convencionou chamar “advérbio”. Dentro da gramática reúne um conjunto de palavras com comportamento sintático significativamente diferente. No mínimo três tipos de palavras ou expressões dentro da classe dos advérbios são bastante diferentes.

Desses três tipos, nem todos podem ser analisados através do estruturalismo. Casos vistos, a base da noção de estruturalismo é a noção de “estrutura”, sendo esta configurada através do sintagma. Um sintagma é um complexo que reúne dois termos que contraem entre si uma função de determinação em que um deles é o núcleo semântico.

Assim, os únicos advérbios que atendem à estrutura convencional do sintagma são os que têm:

- a) um único antecedente claro que funcione como determinado.
- b) posição fixa e previsível na estrutura a que pertencem.

Apenas os advérbios de intensidade e alguns advérbios de negação tem este comportamento. Os intensificadores determinam um verbo ou um adjetivo e sua posição é previsível conforme o tipo de determina-

do, ou seja, à frente do adjetivo e após o verbo. Em alguns momentos, não muito frequentes, o determinador determina um advérbio de modo e, neste caso, ele tem a mesma disposição no sintagma de quando determina o adjetivo.

(4.1.1a) Mochilas muito pesadas prejudicam a coluna.

(4.1.1b) Mochilas pesadas muito prejudicam a coluna.

(4.1.2a) O ator riu muito com o comediante.

(4.1.2b) O ator muito riu com o comediante.

O advérbio *não*<sup>1</sup> é o único que apresenta posição fixa na sentença, estando à frente do verbo, dentre os advérbios de negação é o único que pode ser considerado como capaz de contrair uma função sintagmática típica do estruturalismo. Outros, ou tem mobilidade na sentença, ou não tem um referente claro. O advérbio “*não*”, e os intensificadores são um tipo de palavra de origem adverbial tipicamente determinante, o que as torna muito semelhantes aos adjetivos, os determinantes do substantivo.

Convém ressaltar, que a palavra “*não*” parece remeter a dois vocábulos distintos: o que determina especificamente o verbo e tem posição fixa na sentença; o que não tem posição fixa na sentença e cujo antecedente pode até ser a oração como um todo.

Apenas o primeiro assegura comportamento sintático que os intensificadores. Para verificação do exposto, considera-se os índices (1 e 2) para diferenciá-los nos exemplos.

(4.1.3a) você <sup>1</sup>*não* veio.

(4.1.3b) \*<sup>1</sup>*Não* você veio.

(4.1.4a) <sup>2</sup>*Não*, a gente <sup>1</sup>*não* veio.

(4.1.4b) A gente <sup>1</sup>*não* veio, <sup>2</sup>*não*.

(4.1.5a) <sup>2</sup>*Não*, você jamais veio aqui.

(4.1.5b) Você jamais veio aqui, <sup>2</sup>*não*.

(4.1.6a) <sup>2</sup>*Não*, jamais Roberto veio aqui.

(4.1.6b) Jamais Roberto veio aqui, <sup>2</sup>*não*.

---

<sup>1</sup> Maiores entendimentos em: Les recherches de Lucien TESNIÈRE sur la syntaxe structurale ont été publiées en 1959, cinq ans après la mort de l'auteur, sous le titre *Éléments de syntaxe structurale* (Paris, Klincksieck, 1966).

Os exemplos propostos podem ser analisados da perspectiva de um “não” do tipo (2) que pode ocorrer na mesma sentença em que um “não” do tipo (1) é empregado. Há possibilidade também, da ocorrência em sentenças em que ocorram outros advérbios de negação, como *jamais*, *nunca*, e outros. Neste caso, a forte interferência de carga semântica associada à noção de tempo, tem comportamento móvel dentro da sentença e não necessariamente determinam o verbo. Outro caso de proposta de estudo.

Todos os demais tipos de advérbio têm por propriedade mais característica a mobilidade dentro da sentença. Apenas por este fato, já é possível dizer que a metodologia estruturalista é incapaz de tratá-los de forma eficiente, porque sua mobilidade contraria diretamente a noção de estrutura. Quanto à mobilidade, esta permite ainda que se questione a existência de um termo a que esses advérbios especificamente determinem na sentença. Talvez a única exceção seja o advérbio de modo, que indica a maneira como a relação expressa pelo verbo se dá. Consideravelmente, poucos advérbios de modo não costumam ser deslocados de sua posição que segue o verbo na sentença. Em sua maioria, eles derivam de adjetivos determinativos ou adjetivos empregados como advérbios. Convém destacar que os determinativos não são empregados na linguagem coloquial.

(4.1.7a) A casa amarela caiu *inteiramente*. (do adjetivo ou substantivo inteiro)

(4.1.7b) \**Inteiramente* a casa amarela caiu.

(4.1.7c) \*A casa amarela *inteiramente* caiu.

(4.1.8a) O professor falou *bonito*.

(4.1.8b) \**Bonito* o professor falou.

(4.1.8c) \*O professor (*bonito* falou)

Os casos acima demonstram que o antecedente do advérbio de modo é de fato o verbo. Caso em contrário, em situação extraordinária, o advérbio continuaria com a mesma mobilidade sem prejuízo para a interpretação da sentença.

Quanto ao que se pode verificar como comportamento dos advérbios de modo, estes, a seu turno, corroboram para que se considere quanto ao comportamento, outros dois tipos de advérbios: os que tem antecedente claro e guardam mobilidade na sentença, e os que tem um antecedente claro e guardam a mobilidade em situações normais. Vejamos:

- (4.1.9) não moveis, com antecedente claro .....intensificadores
- (4.1.10) moveis com antecedente claro .....advérbios de modo
- (4.1.11) moveis, sem antecedente claro..... todos os demais

Considerado os três tipos de advérbios, é possível determinar propriedades mínimas de qualquer palavra de caráter adverbial. Em outros termos, é possível definir o que seja a “função adverbial”, ou seja, um termo exerce função adverbial na sentença se contrair com um adjetivo, verbo ou advérbio a função de determinante ou se for um termo móvel que não determina um substantivo.

As orações adverbiais podem ser identificadas através dos critérios expostos acima. Contudo, quanto ao termo *subordinadas* é realmente adequado para designá-las é questão que tentaremos mostrar no próximo segmento deste trabalho.

### 5. *Orações coordenadas e subordinadas adverbiais*

Quando se verifica o tratamento dado às orações coordenadas e subordinadas adverbiais pela tradição gramatical, tais orações parecem ser totalmente independentes uma das outras. Na verdade, tal fato impede que se utilize o conhecimento teórico relativo aos processos de formação de período como fonte de aprimoramento de habilidades de expressão oral escrita.

Pensando dessa forma, acreditamos na existência de orações tipicamente coordenadas, orações tipicamente subordinadas adverbiais e orações equivalentes, ou seja, as que se relacionam a processos de coordenação ou subordinação a partir de certos fatores estritamente sintáticos.

Para que não sejamos imprudentes em nossas observações, consideramos conveniente delimitar o conjunto de orações que serão consideradas aqui. Isto se faz necessário, porque alguns autores podem considerar outras orações que não sejam aquelas registradas pela Nomenclatura Gramatical Brasileira, doravante NGB.

Em Bechara (2010), registram-se três orações não contempladas pela NGB. Mais evidentes: as adverbiais locativas, modal e agente da passiva. Tentaremos agora verificar cada uma delas separadamente.

Orações adverbiais locativas são as que figuram como advérbio de lugar e se valida pela indicação do lugar em que a situação expressa pela

sentença se dá. A razão pela qual tais orações não sejam consideradas pela tradição gramatical como adverbiais, está no fato de serem introduzidas pelo conectivo “onde”, convencionalmente registrado como pronome relativo introdutor das orações adjetivas.

(5.1) Eu acredito não lembrar *onde está a caneta*.

(5.2) *Onde eu estou pisando agora*, será o início da corrida, e só terminará *onde o primeiro competidor parar sem combustível*.

(5.3) Você deve ficar aqui *ou onde ele determinar*.

Quando a tradição gramatical pensa o “onde” como pronome relativo, condiciona-o a um antecedente elíptico, tal qual a palavra “lugar”

(5.1a) Eu acredito não lembrar (o *lugar* (onde esta a caneta)).

(5.2a) [No *lugar* (onde eu estou pisando agora)], será o início da corrida, e só terminará [no *lugar* (onde o primeiro competidor parar sem combustível)].

Ora, nesta proposição há dois pontos questionáveis: A palavra “onde” nem sempre é empregada com antecedente explícito, e a palavra “lugar”, utilizada para justificar o caráter adjetivo da oração subordinada introduzida por “onde”, no caso, um termo estranho à sentença.

Quanto ao primeiro, constatamos em Bechara (2010), que [...] pronomes relativos são os que normalmente se referem a um termo anterior chamado antecedente [...] e os pronomes relativos *quem* e *onde* podem aparecer com emprego absoluto, sem referências a antecedentes [...]. Os relativos sem antecedentes também se dizem relativos indefinidos [...] e quanto ao *quem* se refere a pessoas ou coisas personificadas e sempre aparece precedido de preposição [...]. (Bechara, 2010 p.171 e 172). Em Rocha Lima, verificou-se que a função do *que* é a de pronome de referência a pessoas, ou coisas [...] Quanto às funções do *quem*, embora tenha por antecedente, no português atual, propriamente a pessoas, podia também referir-se a coisas [...] (Lima, 2010 p.403 a 407). Nessa perspectiva das gramáticas, pode-se inferir que os autores fazem distinguir três tipos de pronomes neste caso: o pronome relativo definido (o que tem antecedente explícito); o pronome relativo indefinido (o que não tem antecedente explícito), e o pronome interrogativo (também sem antecedente). O que nos faz, destarte crer, que há mais ocorrências de *onde* sem antecedente, do que com antecedente. A tradição gramatical, nesse caso, suscitamos o entendimento a partir dos princípios metodológicos do estruturalismo, segundo os quais só existe um tipo de termo não expresso: o

<sup>1</sup>funcativo  $\emptyset$  (zero). Quando se fala em funcativo  $\emptyset$  não constitui um termo elíptico, mas um termo sintático atualizado na estrutura através do vazio, uma vez que em relação a outros termos que podem aparecer na mesma estrutura, este vazio pode ser interpretável como *opositivo*.

Ao mencionar a palavra “lugar”, desejamos mostrar que ao ser utilizada para justificar o caráter adjetivo da oração subordinada introduzida por “onde”, ela figura como um termo estranho à sentença. se fosse o caso de justificar o papel adjetivo para o pronome, falar-se-ia então em um termo  $\emptyset$ .

(5.1a) Eu acredito não lembrar ( $\emptyset$  (onde esta a caneta)). [ $\emptyset$  = lugar]

(5.2a) (Em ( $\emptyset$  (onde eu estou pisando agora))), será o início da corrida, e só terminará (em ( $\emptyset$  (onde o primeiro competidor parar sem combustível))). [ $\emptyset$  = lugar]

Temos, então, o segundo ponto contra a consideração de que o “onde” só introduz orações adjetivas. Considere-se em Bechara (2010) “Também os pronomes relativos sem referencia a antecedente ou precedidos de artigo transpõem oração subordinada a substantivo, podendo esta oração subordinada substantiva passar a exercer função adverbial se vem acompanhada da conveniente preposição.”

Considerando (5.1) Eu acredito não lembrar *onde está a caneta*. e (5.2) *Onde eu estou pisando agora*, será o início da corrida, e só terminará *onde o primeiro competidor parar sem combustível*. Comparando com (5.1a) Eu acredito não lembrar ( $\emptyset$  (onde esta a caneta)). e (5.22b1) (Em ( $\emptyset$  (onde eu estou pisando agora))), será o início da corrida, e só terminará (em ( $\emptyset$  (onde o primeiro competidor parar sem combustível))). Verifica-se que em algumas a preposição não existe e nem mesmo podem ser introduzidas na sentença.

Em (5.2a), a preposição é vista como uma necessidade estrutural, uma vez que a estrutura (( $\emptyset$  (onde X)) é de natureza substantiva: como determinante, o adjetivo é comumente associado a um núcleo semântico substantivo. Para que esta estrutura de natureza substantiva contraia uma função adverbial na sentença é necessário que ela seja subordinada através de uma preposição (um translativo) nos moldes de Tésnière.

---

<sup>1</sup> Ver em: TESNIÈRE, L. *Eléments de syntaxe structurale* e CARONE, Flávia de Barros. *Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2001, p. 82.

Quando se propõem reduzir todas as orações introduzidas por “onde” à função adverbial, trata-se de questão muito abrangente, uma vez que dependendo da transitividade do verbo, orações também podem contrair funções substantivas. É o caso destas:

(5.4) Eu sei *onde* você está escondido.

(5.5) Eu sei *quem* você é.

(5.6) Eu sei *o que* você quer.

Considerando a oração “Onde eu estou pisando agora, será o início da corrida, e só terminará onde o primeiro competidor parar sem combustível.” verifica-se de fato a existência de uma oração adverbial locativa.

As orações adverbiais agente da passiva dependem, evidentemente, de se considerar o agente da passiva um adjunto adverbial. Tal entendimento, entretanto, é pouco convencional, uma vez que esconde a verdadeira natureza da oração subordinada. A ver como se sabe, o agente da passiva tem a forma constante, ou seja, a referência cruzada, orações com verbo transitivo direto, transposta para voz passiva. O agente da passiva corresponde ao sujeito da voz ativa, sendo em princípio, um termo de natureza substantiva. A atribuição ao agente da passiva, o caráter adverbial, deve-se exclusivamente ao fato de que: vem precedido de preposição; determina um verbo, e é facilmente omitido da sentença sem causar prejuízo para sua interpretação.

A preposição, contudo, é uma exigência formal da estrutura básica da voz passiva, não constituindo nenhuma marca de <sup>1</sup>translação. Emprega-se tão somente, quando da impossibilidade do uso de termos distintos e não coordenados com a mesma função de sujeito. Havendo diferenças quanto à forma de se expressar o sujeito semântico de sujeito gramatical.

A oração modal é diferente. Normalmente, o que há é uma locução adverbial de modo, composta por uma preposição de natureza <sup>2</sup>translativa e um termo de natureza substantiva. Tal fato é verificado nas estru-

---

<sup>1</sup> A preposição (por) marcar também o caso ablativo

<sup>2</sup> A base teórica da translação está no fato de que qualquer unidade linguística pode emigrar de uma classe gramatical para outra, através de determinados processos, o que também acarreta mudança de função (Borba, 1979, p. 105). Cf. TESNIÈRE, L. In: CARONE, F. de B. (1995, p. 64-72 e 90-1) – sobre translação de 1º e 2º graus.

turas denominadas orações modais em GT, quando há uma duplicação de termos de natureza translativa.

(5.7) Roberto operou o paciente *cuidadosamente*.

(5.8) Roberto operou o paciente *sem o menor cuidado*.

(5.9) Roberto operou o paciente *sem ter pressa*.

(5.10) Roberto operou o paciente *sem que ele sentisse nada*.

Todas acima se encontram adjunto adverbial de modo. Somente a primeira há um advérbio de modo. As demais são todas locuções adverbiais. A oração subordinada é o termo substantivo da locução, que é outra vez subordinado para contrair função de advérbio com o verbo.

Os únicos casos em que orações subordinadas adverbiais modais ocorrem, é através do emprego de uma única marca de translação, a oração contrai uma função adverbial com o verbo. Isto só se verifica quando o translador estiver reduzido à forma de gerúndio.

(5.11) Roberto operou o paciente *cuidando para que não houvesse infecção posteriormente*.

(5.12) Roberto operou o paciente *rindo o tempo todo*.

Em face do que anteriormente foi exposto, podem-se acrescentar ao grupo de orações subordinadas adverbiais apresentado na NGB as seguintes orações:

- a adverbial locativa
- a adverbial modal

Quanto à oração agente da passiva, descrita pela tradição, não será considerada, devido a sua natureza originalmente substantiva.

No próximo item a ser abordado, tentaremos verificar algumas questões relacionadas às coordenadas e subordinadas adverbiais, considerando-se três grupos, conforme sua identidade com os processos de coordenação e subordinação.

### 5.1. Orações tipicamente coordenadas

Uma estrutura é assim considerada quando sofre apenas um tipo de restrição possível de controlar ou não a possibilidade de serem coordenadas. Trata-se da coordenabilidade, ou melhor, a compatibilidade semântica entre os termos pares de idêntica propriedade sintática. Tanto a

compatibilidade semântica, quanto a propriedades sintáticas, ambas atendem a necessidade de estrutura em que se dá a coordenação. No caso de duas orações, a estrutura é a própria relação entre as coordenadas e o contexto.

Não existindo controle entre orações (uma e outra), as coordenadas típicas podem constar indiferentemente na sequência (primeira ou segunda). Assim, tais casos de coordenação de termos de um sintagma, em que ocorre a condição de que não mais o termo é mera parte de uma enumeração aleatoriamente ordenada na sentença.

Em princípio, as únicas orações dentre as tradicionalmente consideradas como coordenadas são as alternativas.

(5.1.1a) Ou Roberto ou Elma serão colocados em disponibilidade pelo ministro.

(5.1.1b) Ou Elma ou Roberto serão colocados em disponibilidade pelo ministro.

(5.1.2a) Chova ou faça sol, esta criatura corre pela manhã.

(5.1.2b) Faça sol ou chova, esta criatura corre pela manhã.

As coordenadas aditivas podem ou não ter o mesmo comportamento das alternativas. Embora as aditivas negativas (nem isso nem aquilo) sejam sempre tipicamente coordenadas, as afirmativas muitas das vezes, dependem de relações internas no contexto da sequência.

(5.1.3a) Não fui à feira, nem ao supermercado. Fiquei em casa.

(5.1.3b) Não fui ao supermercado, nem à feira. Fiquei em casa.

(5.1.4a) Nem bebeu cicuta, nem morreu. Está lá fora jogando bola.

(5.1.4b) Nem morreu, nem tomou cicuta. Está lá fora jogando bola.

(5.1.5a) Acendeu o cachimbo e ligou a televisão.

(5.1.5b) Ligou a televisão e acendeu o cachimbo.

(5.1.6a) Calçou a bota e amarrou o cadarço.

(5.1.6b) \*Amarrou o cadarço e calçou a bota.

(5.1.7a) Colocou água no regador. Regou as plantas e guardou o regador no armário.

(5.1.7b) Colocou água no regador. Guardou o regador no armário e regou as plantas.

Verificando as orações acima, percebe-se que as orações coordenadas aditivas tipicamente coordenadas estão nas frases (5.1.3) a (5.1.7).

Todas intercambiáveis. As aditivas não tipicamente coordenadas estão em (5.38) a (5.39), a condição de serem intercambiáveis é negada pela situação de incoerência do ponto de vista pragmático. São situações intrínsecas e diferem da coordenação e subordinação adverbial.

Considera-se que, para que haja subordinação adverbial, a situação expressa por uma das orações deve interferir sobre a situação expressa pela outra oração ou sofrer dela interferência. Visto quando existe alguma relação de causalidade entre as orações do período. De vez que orações introduzidas pela conjunção (e) expressam relações deste tipo, embora sejam equivocadamente classificadas como aditivas.

(5.1.8a) Roberto *comeu muito* e ficou com dor de estômago.

(5.1.8b) \*Roberto ficou com dor de estômago e *comeu muito*.

A relação de causa, expressa pela situação “comer muito”, revela o motivo da impossibilidade de não haver possibilidade de inversão na ordem da sequência dos termos das orações acima. Nas orações (5.1.8) a (5.1.9) verifica-se situação bem diferente; nessas orações, nenhum dos termos é causa ou consequência lógica daquele a que se coordena.

O que se verifica nas orações (5.1.8 a (5.1.9) são um caso particular de coordenação, embora não haja a menor motivação para postular a existência de fatores adverbiais interferindo em sua coordenabilidade. O que efetivamente pode interferir na coordenabilidade é a existência de uma dependência condicionada ao contexto, que controla a coordenação temporal: a *sequência lógica*. Tal sequência se justifica pelo fato de orações que se coordenam dentro de uma sequência lógica, existe uma dependência semântica de ambos os termos em relação ao contexto pragmático que as contém.

Pensando assim, podemos considerar a existência de dois tipos de orações tipicamente coordenadas: uma cuja inversão é possível, por não haver nenhum tipo de sequência lógica, mas apenas a sequência gramatical; e uma em que a inversão não é possível por haver além da sequência gramatical, a sequência lógica, que determina a procedência temporal de um dos termos com relação ao outro. Ainda na sequência deste capítulo, veremos outra coordenada: a aditiva.

## 5.2. Orações tipicamente subordinadas

Essas orações, consideradas em sua tipicidade, contraem como os advérbios de tempo e lugar, uma função com um dos termos da oração principal. Como os demais advérbios, elas podem ou não serem deslocadas de posição na sentença. Ambas guardam em si as propriedades dos advérbios de tempo e lugar, sendo que a locativa pode funcionar como complemento circunstancial de verbos de movimento. Tais orações são introduzidas por conjunções, locuções conjuntivas, relativos indefinidos (onde), gerúndio ou particípio. Por tratarem de marcas de subordinação, qualquer inversão de posição da subordinada depende da concomitante inversão do translativo. Caso diferente ocorre nas coordenadas, em que se invertem os termos coordenados, mas o translativo permanece imóvel. Veem-se exemplos anteriores.

As orações temporais, estáticas e não estáticas (proporcionais); indicam um momento no tempo (como intervalo fechado); são as que indicam o transcurso de uma situação tomada como intervalo aberto de tempo.

(5.2.1a) Roberto ficou preocupado, *quando a prova começou*. (estática)

(5.2.1b) *Quando a prova começou*, Roberto ficou preocupado.

(5.2.2a) *Passados quinze minutos*, sentiu dor de barriga. (estática)

(5.2.2b) Sentiu dor de barriga, *passados quinze minutos*.

(5.2.3a) Ia ensopando a camisa, *à medida que suava*. (não estática)

(5.2.3b) *À medida que suava*, ia ensopando a camisa.

(5.2.4a) Começou a entrar em pânico, *chegando próximo do fim estipulado*. (não estática)

(5.2.4b) *Chegando próximo do fim estipulado*, começou a entrar em pânico.

A depender da forma verbal empregada na subordinada ou principal, gerúndio, por exemplo, ele pode introduzir uma oração tanto estática como não estática, considerando a interpretação que se constrói de uma oração temporal.

(5.2.5a) Roberto esquecia tudo que aprendeu, *fazendo a prova*.

(5.2.5b) Roberto esquecia tudo que aprendeu, *à medida que fazia a prova*.

(5.2.6a) *Dando seis horas*, abandonou tudo e foi embora.

(5.2.6b) *Quando deu seis horas*, abandonou tudo e foi embora.

Nos dois exemplos acima, a condição estática não estática está na dependência da forma verbal: o imperfeito do indicativo exprime ações que dão a ideia de não estarem concluídas no passado, esta continuidade insinua a não estaticidade; o perfeito do indicativo exprime ações concluídas no passado, esta pontualidade conduz à estaticidade.

Quanto aos conectivos de forma aparentemente temporal, apresentam algumas vezes ambiguidade. É o caso de “enquanto”. Tradicionalmente relacionado à noção de tempo, pode relacioná-lo também, a uma função do que se deseja contrastar.

(5.2.7) Roberto dormia, enquanto esperava o trem. (temporal)

(5.2.8) Roberto dormia, enquanto Elma fazia bolo. (temporal ou não)

Considerando a possibilidade de “enquanto Elma fazia bolo” compor uma oração temporal, podemos admitir que tal ação, pode indicar o momento em que o sujeito processa a ação da principal.

Assim, por outro lado, pode expressar Téo somente uma enumeração de ações, em que se reforça a diferença entre o realizado por um e outro sujeito. Condição em que se assemelha a uma oração aditiva – emprega-se normalmente uma conjunção de valor enfático (que) após “enquanto”. Nestes períodos, propositalmente, se verifica a condição de inversão de termos, tal como ocorre nas orações coordenadas, e inversão da posição da oração, tal como ocorre nas subordinadas.

(5.2.09a) Roberto não fez nada, enquanto (que) seus colegas passaram dias trabalhando.

(5.2.10b) Enquanto (que) seus colegas passaram dias trabalhando, Roberto não fez nada.

(5.2.11c) Seus colegas passaram dias trabalhando, enquanto (que) Roberto não fez nada.

(inversão típica de coordenação)

Considerando as orações acima, admite-se ser um problema para a classificação a partir do estruturalismo, porque a inversão típica da coordenação evidencia não haver nenhum tipo de terminação sintática ou semântica entre os dois termos, o que assegura assemelhar-se a um caso de sequencia gramatical sem sequencia lógica. A inversão típica da subordinação evidencia não tratar-se de uma sequencia estritamente gramatical, assim não sendo, a conjunção deveria permanecer imóvel para assinalar o limite entre um e outro termo.

Trata-se evidentemente de um caso impossível de classificação dentro do sistema teórico que está sendo proposto, visto tratar-se de total anulação da oposição entre *coordenação* e *subordinação*. Devendo-se considerar tais orações como *aditivas enfáticas*.

As orações subordinadas temporais estáticas, em sua maioria, tem o mesmo comportamento que as não classificáveis, quando introduzidas por “enquanto”. Ambas sofrem os tipos de inversão: tipicamente coordenativas e subordinativas. Tal fato mostra que as temporais são passíveis de análise pelos princípios aqui expostos, é o fato em que o falante se vale para utilizar a subordinada, de forma a acrescentar uma especificação à situação expressa na principal. Sendo assim, a subordinada funciona de fato como um advérbio.

Quanto às orações: subordinada temporal e aditiva enfática não classificável. Reiteramos que as orações não classificáveis não se determinam umas as outras, porque ambas as situações expressas são independentes. Para diferenciá-las, verifica-se a possibilidade de substituir a conjunção (enquanto) por uma das conjunções conjuntivas (enquanto que) e (ao passo que). Se possível, então se trata de orações sintáticas e semanticamente independentes. Nesse caso, aditiva enfática não classificável. Caso não seja possível, trata-se de oração que acrescenta à principal uma situação de tempo. Sendo assim, uma subordinada temporal.

(5.2.12a) Elma foi à feira *enquanto* você estava bebendo cerveja.

(5.2.12b) \*Elma foi à feira *ao passo que* você estava bebendo cerveja.

(oração subordinada adverbial temporal estática)

(5.2.13a) Com toda cerveja Roberto está vivo, *enquanto* a pobre da Elma morreu sem nunca ter tomado um gole.

(5.2.13b) Com toda cerveja Roberto está vivo, *ao passo que* a pobre da Elma morreu sem nunca ter tomado um gole.

(oração aditiva enfática não classificável)

Ainda a questão das orações tipicamente subordinadas, tomamos as modais como tal. Elas em situação similar às orações situacionais (temporais e locativas) apresentam deslocamento para a posição inicial da sentença pouco comum. Sendo a posição natural das modais, após o verbo que determinam. O deslocamento destas orações, normalmente, é dependente de intenções textuais específicas: enfatizar ou topicalizar simplesmente. Razão pela qual, os deslocamentos serem marcados por pausas mais acentuadas na enunciação do período.

(5.2.14a) A menina abriu a porta *fazendo ruídos insuportáveis*.

(5.2.15b) [*Fazendo ruídos insuportáveis*,] a menina abriu a porta.

(5.2.16c) A menina – [*fazendo ruídos insuportáveis*] – abriu a porta.

O antecedente da *subordinada indicativa de modo* também é passível de questionamentos. Observando (5.2.15), não há dúvidas de que a única posição da subordinada que dispensa qualquer pausa ou entonação é a posição final: não após o verbo, mas após o limite da principal.

(5.2.17d) O menino abriu, [*fazendo ruídos insuportáveis*], a gaveta.

Considerando agora o advérbio de modo, entende-se ser o predicado seu antecedente e não o verbo. Nesse aspecto, que motivação há para que se determine o predicado e não a oração inteira como antecedente da subordinada modal?

Caso fosse a oração inteira, razão haveria de supor o motivo de sua posição natural ser final da sentença. Fato a modal determinar todos os termos da principal e o mesmo, quando a oração fosse expressa substantivamente, ou seja, o verbo nominalizado viesse acompanhado de um complemento nominal e um adjunto adnominal subjetivo. Condição em que a modal não modificaria o sujeito. De outro modo, quando esta se anexa ao lado do adjunto subjetivo, é assim interpretada como adjetiva.

(5.2.18a) A {[abertura da gaveta] (*fazendo ruído*)} acordou o bebê.

(5.2.19b) A {[abertura da gaveta] (*fazendo ruído*)} pelo garoto acordou o bebê.

(5.2.20c) A {abertura da gaveta [(*pelo garoto*) (*fazendo ruído*)]} acordou o bebê.

A inserção de pausas entre subordinada em (5.2.20c) leva a que novamente se interprete o termo como advérbio de modo.

(5.2.21d) A abertura da gaveta pelo garoto, *fazendo ruído*, acordou o bebê.

Assim fica claro que a subordinada adverbial modal tem como antecedente o predicado e não a oração inteira. Tais orações, tipicamente subordinadas, detêm um antecedente claro e mobilidade no período. Outra oração com este perfil pode-se dizer, são as comparativas que dentre as demais subordinadas, pode-se dizer que seus verbos são sempre idênticos aos da principal e, por isso apresentam-se elípticos.

Podemos acrescentar que a configuração destas orações é bem mais complexa do que expõe a tradição gramatical. Considera-se que

nem tudo o que se denomina comparativa é de fato uma subordinada adverbial, assim como entre as adverbiais comparativas há dois tipos distintos que se diferenciam quanto a seus antecedentes: um intensificador ou um verbo. Em apenas um dos casos, estas orações tem as mesmas propriedades que as modais, quanto a mobilidade no período. No que se refere ao antecedente, pode-se considerar as comparativas em: <sup>1</sup>comparativas determinantes de intensificador e comparativas determinantes de não intensificador.

As comparativas determinantes de intensificador são orações que se ajustam às estruturas formadas de comparações de igualdade, superioridade e inferioridade.

(5.2.22) Este carro é tão caro quanto o carro de seu irmão ∅

(5.2.23) Elma fala tanto quanto Solange ∅

O emprego dessa oração é pragmático, uma vez que é utilizada para justificar a intensificação feita. Quando não são modificadas por uma oração comparativa, tem uma enunciação diferente, ou seja, são orações potencialmente exclamativas.

(5.2.24a) Este carro é tão caro!...

(5.2.25a) Elma fala tanto!...

As comparativas determinantes de intensificador só são empregadas em períodos em que consta um intensificador. Não existindo nenhum, empregam-se estruturas de comparativas determinantes de não intensificador. Mesmo sendo a entonação um tipo do intensificador, ela não é capaz de permitir o emprego de estruturas típicas de comparativas determinantes de intensificadores.

(5.2.26) \* Este carro é caro que o carro de seu irmão

(5.2.27) \*Elma fala quanto Solange

Esse tipo de subordinada não pode ser deslocada de posição no período, uma vez que sua posição coopera para a impressão pragmática de ênfase que se quer dá ao conjunto expresso. Os elementos: impossibilidade, tipo de antecedente e efeito pragmático, corrobora para que se assemelhe às orações subordinadas consecutivas, outro tipo de oração tipicamente subordinadas.

---

<sup>1</sup> Melhor entendimento ver CARONE, F. *Subordinação e coordenação*. São Paulo: Ática, 1988 e TESNIÈRE, L. *Éléments de syntaxe structurale*. 2. ed., Paris: Klincksieck, 1966.

As consecutivas introduzidas por (que) a expressar consequência, certo exagero de situação veiculada na principal, são diferenciadas das comparativas determinante de intensificado por diferenciação do verbo a principal vir sempre expresso.

(5.2.28) Falou *tanto que infartou*.

(5.2.29) Fala *tão pouco que pensam que é surdo*.

(5.2.30) Este médico é *tão careiro que chega a doer*.

(5.2.31) Robertinho é *tão egoísta que dói*.

Comparativas e consecutivas apresentam-se em tal semelhança, que fazem com que a linguagem coloquial empregue uma consecutiva para reforçar estrutura comparativa absoluta. Veja-se (5.2.30) e (5.2.31).

Diferentemente das comparativas, as consecutivas normalmente são empregadas para determinar a intensificação suprasegmental.

(5.2.32) Esta cerveja é [cara] que *ninguém pode nem comprar*.

(5.2.33) Elma [fala] *que chega a irritar*.

As comparativas determinantes de não intensificadores, não diferente das modais, modificam o predicado da principal. As comparativas determinantes de não intensificadores e as modais, ambas, tem posição naturalmente a principal; podem se deslocar entonacionalmente e normalmente são introduzidas por translativos: “tal como”, “como”, “tal que” etc.

(5.2.34a) Elma fala *tal qual Solange* ∅.

(5.2.34b) [Tal qual Solange] Elma fala.

(5.2.34c) Elma, [tal qual Solange], fala.

Quando se observa as comparativas determinantes de não intensificadores, vê-se sua ocorrência em períodos similares àquele em que ocorrem comparativas determinantes de intensificadores desde que o intensificador seja retirado.

Preliminarmente, podem-se considerar as orações adverbiais tipicamente subordinadas como:

- Moveis: Situacionais (sem determinante explícito e claro)[estáticas, temporais não estáticas e locativas]; Modais; Comparativas determinantes de não intensificadores.
- Não moveis: Consecutivas; Comparativas determinantes de intensificadores.

### 5.3. Orações híbridas

As orações relacionadas à expressão de noção derivadas da atribuição de causalidade entre duas situações, a esta, e somente a esta situação, chamam-se orações híbridas. Estas dependem diretamente do contexto que as contém e interfere uma sobre a realização da outra. Há uma confluência de propriedades da coordenação e da subordinação, aspectos já vistos. Tais aspectos são a possibilidade ou não de mover a oração acompanhada do translativo e dependência da sequência para expressar noções semânticas.

Ao adotar o termo “híbridas” não se deseja admitir que subordinadas e coordenadas, não se discriminam umas das outras. O emprego é tão somente para reforçar a existência de certa equivalência entre estas orações, do ponto de vista pragmático, que se perde quando são tratadas isoladamente.

Para analisarmos estas orações, deve-se considerá-las como pertencentes a períodos em que há duas situações A e B e A causa B (relação de causalidade). Observe-se que a relação entre A e B pode ser real, caso haja relação natural de casualidade ou caso o falante não atribua verdade à causalidade de A sobre B, em que A e B são termos lógicos e não gramaticais.

Na coordenação, a sequência dos termos coordenados é que registra a ordem de ocorrência das situações no termo.

Do ponto de vista estritamente semântico, híbridas coordenadas e híbridas subordinada não podem ser diferenciadas, uma vez que o ponto de partida para a criação de ambas é o mesmo: a relação de causalidade.

### 5.4. Causalidade pressuposta

Imprimir certa margem de dúvida ao discurso, com relação ao conteúdo expresso, pode enfraquecer as relações de causa e consequência.

As híbridas explicativas e conclusivas são orações que expressam a pressuposição. As explicativas enfraquecem a relação de causa, enquanto a conclusiva enfraquece a relação de consequência. Uma oração explicativa é aquela em que o falante registra a consequência para, a partir dela, intuir sua causa. Essas orações podem ser marcada através de expressões como “é possível que”; “deve”; “parece” etc.

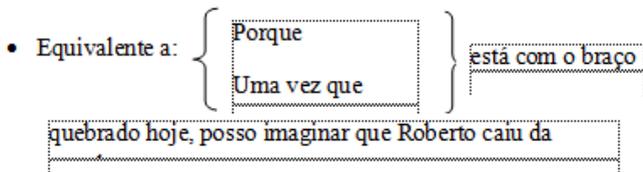
(5.4.1) Roberto caiu escada abaixo outra vez, porque *está com o braço quebrado*.

A ambiguidade da oração acima é verificada pela possibilidade de expressar a causa real da queda ou a consequência visível a partir da qual a queda pode ter sido a causa. Superar a ambiguidade é alocar um indicador de dúvida na primeira oração ou advérbio de tempo.

(5.4.2) Roberto deve ter caído da escada ontem, porque *está com o braço quebrado hoje*.

Ao empregar orações explicativas, o falante toma a relação pressuposto entre causa e consequência como uma verdadeira relação causal. A causa pressuposta é interpretada como consequência e a consequência, como causa da pressuposição. O resultado é uma falsa relação de causalidade lógica. Veja a oração abaixo.

(5.4.3) Porque *está com o braço quebrado hoje*, Roberto deve ter caído da escada ontem.



A suposta inversão da relação causa consequência, o período assume propriedades subordinadas. Por isso, a inversão é possível. A sustentabilidade da relação de causalidade depende da pressuposição ser considerada o termo equivalente à consequência: se em uma relação A e B há uma ocorrência de B, então, imagina-se que A também ocorreu. P problema destes períodos decorre exclusivamente em nível pragmático, do mesmo modo que os problemas que envolvem o emprego das híbridas explicativas em geral.

Para que se utilize uma explicativa é necessário que a situação expresse em A “causa” gere expectativa de ocorrência em B. Quando a causa não gera imediatamente a expectativa de B ocorrer, o emprego da explicativa torna-se muito artificial e é tido como absurdo.

(5.4.4) \* Roberto tomou veneno *porque morreu*.

(5.4.5) \* Solange quebrou um dente canino *porque foi ao dentista*.

Quando naturalmente a causa não gera a consequência, o máximo que se pode fazer é tentar imaginar qual a consequência. As orações que

permitem se imagine a consequência a partir da causa são as híbridas conclusivas.

(5.4.6a) Roberto tomou veneno, *logo deve ter morrido*.

(5.4.7a) Solange quebrou um dente, *portanto deve ter ido ao dentista*.

Por não poder ser deslocadas dentro do período, as híbridas conclusivas são orações coordenadas. Tais orações, não se restringem aos contextos similares em (5.4.6a) e (5.4.7a). A condição natural de ocorrência das conclusivas é a que o falante pressupõe, ou seja, a consequência deriva de uma causa natural, a pressuposição, e nada mais as distingue semanticamente das causais.

(5.4.8a) A água ferveu, portanto chegou aos 100°C.

(Conclusiva: a causa é pressuposta)

(5.4.8b) A água ferveu, porque chegou aos 100°C.

(Causal: a causa é apresentada)

Ao permitir a relação A logo B e B logo A, as conclusivas se distinguem das explicativas por permitir a permuta entre seus termos da sequência gramatical. Tal condição não é possível entre as causais.

(5.4.8c) A água chegou aos 100°C., *portanto ferveu*.

(5.4.8d) A água chegou aos 100°C., porque ferveu.

(torna-se uma explicativa)

Quando se contrasta a inversão tipicamente coordenativa e tipicamente subordinativa, vê-se que aquela é permitida entre as conclusivas, e esta, é diferente por deslocar a oração junto com o conectivo.

Entre as conclusivas, a questão da pressuposição torna-se evidente quando a relação de causalidade não é natural, mas contextual ou aparente, caso em que se verifica comumente a situação natural da coordenação: A então B (causa e consequência).

(5.4.09) Este objeto é muito caro, *portanto ninguém o comprou*.

(5.4.10) Solange fala muito alto, *portanto não pode trabalhar em bibliotecas*.

Em (5.4.09) e (5.4.10) a inversão dos termos só pode proceder havendo uma marca explícita de pressuposição na coordenada, de outra forma o período fica semanticamente comprometido.

(5.4.11a) \*Ninguém comprou este objeto, portanto ele é muito caro.

(5.4.11b) Ninguém comprou este objeto, portanto ele deve ser muito caro.

(5.4.12a) \*Solange não pode trabalhar em bibliotecas, portanto fala muito alto.

(5.4.12b) Solange não pode trabalhar em bibliotecas, portanto deve falar muito alto.

Quanto à dificuldade de construção de período com híbridas conclusivas, está no fato de que o falante ao considerar a relação de causalidade e seu caráter natural, inverte os termos da sequência sem acrescentar de marca explícita de pressuposição à conclusiva. As orações (5.4.11a) e (5.4.12a) não podem ser pressupostas.

### 5.5. Causalidade expressa ou condicionada

As orações causais, no contexto de causalidade expressa, definem causa real (natural ou tida como tal) de uma circunstância. As conformativas definem situações (causada) de uma regra (institucionalizada) de solicitações. Assim, a causa segue-se a consequência, se o agente concordar em regra ou solicitação.

(5.5.01) Roberto morreu, *porque tomou veneno*.

(5.5.02) A água ferve, *porque chega aos 100°C*.

(5.5.03) Roberto quebrou o braço, *porque caiu da escada*.

\*Orações causais.

(5.5.04) Vestiu-se de azul, *conforma manda o regulamento*.

(5.5.05) Todos tem direito a livre expressão, *segundo consta na constituição*.

(5.5.06) Elma chegou às sete horas, *conforme determinei*.

\*Orações conformativas

Quanto às orações causais e conformativas, são ambas, deslocáveis e sempre invertem a sequência dos termos lógicos, ou seja, causa antecede consequência, por este fato são orações subordinadas. A possibilidade de deslocamento é o que diferencia as causais das conclusivas, já que estas coordenadas admitem a inversão da sequência lógica dos termos.

Das causais, as que mantêm relações causais institucionais, podem ser convertidas em conformativas. Contudo, todas as conformativas podem se expressa em forma de causais, tomando-a como uma causa real.

(5.5.04a) Vestiu-se de azul, porque o regulamento assim manda.

(5.5.05a) Todos tem direito a livre expressão, porque isto consta na constituição.

(5.5.06a) Elma chegou às sete horas, porque eu o determinei.

São semanticamente similares os períodos (5.5.07a) e (5.5.09a) àqueles em que o emprego das conclusivas sofre restrições e se respeite a sequência natural de causa/consequência ou indique explicitamente a pressuposição.

(5.5.07a) O regulamento assim o manda, portanto vestiu-se de azul.

(5.5.08a) Isso consta na constituição, logo todos tem direito a livre expressão.

(5.5.09a) Eu o determinei, portanto Elma chegou às sete horas.

(5.5.07b) Vestiu-se de azul, portanto o regulamento deve exigir-lo.

(5.5.08b) Todos tem direito a livre expressão, portanto isto deve constar na constituição.

(5.5.09b) Elma chegou às sete horas, logo eu devo ter determinado isto.

Um aspecto da causalidade é a condição. Esta pode ser absoluta quando a existência da consequência depender da ocorrência previa da causa, nesse caso, domínio das condicionais. Quando a condição não for absoluta, o termo correspondente à causa é motivo para que a consequência ocorra. Este é o domínio das finais.

Finais e condicionais são orações com características de subordinação. São deslaváveis dentro do período, jamais empregam o modo indicativo, empregam o modo subjuntivo na condicional e o infinitivo na final<sup>1</sup>.

(5.5.10a) Se tomar veneno, você morre.

(5.5.10b) Tomou veneno para morrer.

(5.5.11a) Caso você caia da escada, vai quebrar o braço.

(5.5.11b) Caia da escada, a fim de quebrar o braço.

Relação de causalidade é processo natural, logo, uma possibilidade de nas condicionais e uma impossibilidade na híbrida final.

---

<sup>1</sup> As orações finais, por empregarem sempre o infinitivo, podem não ser consideradas orações, tal como as subjetivas reduzidas de infinitivo. Neste caso, obtém-se uma locução adverbial através do translativo (para) combinado a uma estrutura nominal nucleada pelo infinitivo.

(5.5.12a) Se a água chegar aos 100°C., ela ferve.

(5.5.12b) \*A água ferve, para chegar aos 100°C.

Contudo, haverá certas construções finais, que expressam condição final e absoluta, situação em que a condição vem expressa lexicalmente.

(5.5.12c) A água tem que chegar aos 100° para ferver.

(5.5.13) O Verão tem que chegar para que a temperatura alcance os quarenta.

(5.5.14) É necessário que a maré suba, para que o navio possa zarpar.

Quanto a ser expresso em mais de um tipo de período, as orações final, condicional e explicativa não são possíveis. Destas, finais e condicionais são possíveis no processo de subordinação e explicativa no de coordenação. O que as diferencia das subordinadas causais é a condição semântica. Já as causais e conformativas veiculam informação normalmente expressa pelo processo de subordinação tanto quanto pelo de coordenação.

## 5.6. Orações negativas

As orações adversativas e concessivas são as orações negativas que se apresentam quando da negação de um dos termos lógicos da relação de causalidade. O rompimento dessa relação dissocia a expectativa natural de que um termo desencadeie o outro ou por ele seja desencadeado.

Semanticamente as adversativas e concessivas são idênticas, diferenciadas pelo aspecto sintático. Aquela não admite deslocamento dentro do período, mas permuta dos termos lógicos. Assim, uma oração coordenada. Esta já pode ser deslocada e utiliza o modo subjuntivo. Como aquela, permite que se permutem os termos. Por sua mobilidade e modo verbal, as concessivas detêm propriedades de subordinação.

(5.6.15) Roberto caiu, *mas não se machucou*.

(5.6.16) Roberto se machucou, *mas não caiu*.

(\* Adversativas)

(5.6.17) Roberto caiu, *embora não tenha se machucado*.

(5.6.18) *Embora não tenha se machucado*, Roberto caiu.

(5.6.19) Roberto não se machucou, *embora tenha caído*.

(5.6.20) *Embora tenha caído*, Roberto não se machucou.

(\* Concessivas)

### 5.7. Estratégias discursivas

Os recursos estratégicos de que se utiliza o falante na construção de enunciados complexos está no conhecimento formal das propriedades do processo de coordenação e subordinação. As orações coordenadas e subordinadas que compõem o período composto tem por finalidade precípua o aprimoramento desses recursos. Tais propriedades que somente visão classificar períodos não são produtivas. Uma vez que não cogitam das possibilidades de equivalências entre tipos distintos de estruturas.

Ao falante, quando se deseja torná-lo proficiente em escrita e leitura, compete instrumentalizá-lo, permitindo-lhe angariar mais recursos de expressão, que são as equivalências. Estas são as que facilitam à seleção de estruturas textuais mais ou menos adequadas as intenções comunicativas do falante.

Estas equivalências podem figurar em dois tipos distintos: as circunscritas entre estruturas coordenadas ou subordinadas e estruturas em que não há coordenação/subordinação e; as que se obtém entre estruturas coordenadas e subordinadas.

Primeiramente vemos as equivalências entre processos coordenados e sequências de frases que não traz relação com as outras gramaticalmente.

(5.7.1) As plantas nascem, crescem e morrem.

(5.7.2) as plantas nascem. As plantas crescem. As plantas morrem.

Quanto à redundância, em sua maior ou menor característica, trata-se de simples opção dessa redundância no discurso ou reforço de uma ideia. Discursos orais demandam menor redundância gramatical a media em que o ouvinte, na sequência da fala, não conta com a possibilidade de retomar no discurso o que ficou por desatenção sua.

Mas, a opção por sequência de frases em detrimento da coordenação, necessariamente transforma ideias claras em ideias subtendidas. Exigindo do falante ouvinte mais atenção e raciocínio.

(5.7.3) Gastou um bom dinheiro com parafernálias para polir o carro e levou cinco dias fazendo isto. Acabou pagando o dobro para um profissional executar o serviço.

(5.7.4) Gastou um bom dinheiro com parafernálias para polir o carro. Levou cinco dias fazendo isto, mas acabou pagando o dobro para um profissional executar o serviço.

(5.7.5) Solange acabou de chegar, porque o motor do carro dela ainda está quente.

(5.7.6) Solange acabou de chegar. O motor do carro dela ainda está quente.

Os efeitos acima observados podem ser obtidos com maioria das subordinadas adverbiais. A exceção fica por conta das condicionais; consecutivas e comparativas determinantes de intensificador, estas, com determinante claro e expresso.

(5.7.7) O compressor parou de funcionar, quando a temperatura ficou muito alta.

(5.7.8) O compressor parou. A temperatura ficou muito alta.

(5.7.9) A charanga espatifou-se conforme Solange previra.

(5.7.10) A charanga espatifou-se. Solange previra.

(5.7.11) Roberto levou o maior tombo, carregando tudo que havia à sua frente.

(5.7.12) Roberto levou o maior tombo. Carregando tudo que havia à sua frente.

Ainda quanto a efeitos, nos casos de complementos de verbos discendi<sup>1</sup>, pode-se optar ou não pela subordinação. Nestes casos, os complementos que admitem introduzir discurso indireto, locuções adjetivas explicativas que possam ser convertidas em adjetivos e orações explicativas. Destas opções, a locução adjetiva parece ser o processo mais natural do que estruturas não subordinadas, nesse caso, parecem pertencer a registros formais da língua culta.

(5.7.13) Roberto falou que não queria sair.

(5.7.14) Roberto falou: “Não quero sair”.

(5.7.15) A artista, que tinha já seus quarenta, recusava-se a envelhecer.

---

<sup>1</sup> Segundo Othon Moacyr Garcia, os verbos identificados como discendi ou de elocução, cuja função é indicar o interlocutor que está com a palavra, pertencem a nove áreas semânticas; “cada uma inclui vários de sentido geral e muitos de sentido específico” (2002, p. 149).

(5.7.16) A artista – ela já tinha lá seus quarenta – recusava-se a envelhecer.

(5.7.17) Aquela malfadada tem um coração de ouro e uma alma de anjo.

(5.7.18) Aquela malfadada tem um coração áureo e uma alma angelical.

Como se pode observar das estruturas acima, a opção por uma ou outra, pode por seu turno aumentar ou diminuir a clareza do texto. Com os fatores já expostos, a clareza e adequação ao registro da língua, são variáveis controladas pela intenção comunicativa do falante. A análise das propriedades expressivas do processo de coordenação e subordinação confere ao usuário da língua não apenas o conhecimento de suas estruturas (o texto), mas a possibilidade de previsão dos efeitos de tais estruturas sobre o ouvinte leitor.

O conhecimento desses processos; seus propriedade e efeitos assegura ao usuário da língua a possibilidade de operar com diferentes estruturas sem que gere textos ambíguos ou incoerentes.

As inversões de termos, deslocamentos de orações no período, torna a informação mais ou menos evidente, evita redundância lógica na construção de textos, prescindir ou não da topicalização etc. Mesmo que tais informações possam pulular nosso universo, ainda assim, é importante que se verifique as propriedades de estruturas coordenadas e subordinadas, verificando especificamente entre as orações híbridas que matem correlação entre si ou que dependam das relações de causa e consequência.

Dentre essas orações, costuma-se verificar alguns problemas de interpretação quanto ao uso das explicativas. Estas, devido ao fato de serem mais propensas a criar ambiguidade. Tal problema advém muitas vezes do falante não ter projetado bem o discurso e deixar a pressuposição pouco clara, seja por interpretar erroneamente a relação de causalidade entre as duas situações expressas. A efetivação ou não destes problemas, ainda assim, pode verificar-se em outras condições: a não consideração do falante quanto à causa expressa como presumível a partir da consequência; ou por desconhecimento da relação contextual, atribuir papel de causa à consequência. Veja abaixo como orações podem ser lidas tanto como causa, como explicativa.

(5.7.19) Roberto deve estar muito doente, porque o carro dele ainda esta na chuva.

- Veja-se a leitura explicativa de (5.7.19) fica menos ambígua ao inverter-se os termos da sequencia e criar uma conclusiva.

(5.7.20) O carro dele está na chuva, então Roberto deve estar muito doente.

O modo como o falante encara a relação de causalidade, se expressa pela seleção de estruturas coordenadas ou subordinadas. A modalização através dessas estruturas pode expressar: certeza; dúvida, ou falsa certeza. Esta última conduz o ouvinte a crer que é verdadeira uma mera pressuposição.

(5.7.21) Está amarelo, este menino, *porque tomou veneno para ratos*.

(causa) / há certeza na relação entre (A e B)

(5.7.22) Está amarelo, este menino, *portanto tomou veneno para ratos*.

(conclusiva) / há dúvida na relação (A e B)

(5.7.23) Tomou veneno, esse menino, *porque está amarelo*.

(explicativa) / há falsa certeza na relação (A e B)

Do que se pode expor até aqui, fica-nos uma questão de grande importância quanto ao ensino de língua materna. Os seus objetivos, a exploração das propriedades textuais dos processos de coordenação e subordinação torna-se imprescindível. Mesmo estudado em seus aspectos gramaticais ou lógicos, tal conhecimento, ainda assim, não representa muito para o ensino de língua materna. Os resultados efetivos quanto este ensino, se verifica na eficiência da exploração do domínio da construção de textos orais e escritos. Contudo, é na escola que tais estratégias devam ganhar vulto, em que o momento adequado para tratar do assunto, quanto a tudo isso deve, portanto, ser convenientemente escolhido pelo professor de língua materna.

## 6. Conclusão

Quanto às questões de ensino da língua materna, a exploração das propriedades textuais dos processos de coordenação e subordinação torna-se imprescindíveis. Ainda que tais processos possam ser contemplados no estudo gramatical e lógico, esses conhecimentos não representam por si só o universo do ensino de língua materna. Verdaderamente, a construção de textos orais e escritos trará efetivos resultados quando da exploração desses processos para tal. O tratamento adequado à coordenação e subordinação deve levar em consideração aspectos sintáticos e pragmáticos, simultaneamente. A sintaxe estruturalista, da qual deriva conceitos de coordenação e subordinação, relaciona-se às noções de es-

trutura e sintagma. Tais processos sintáticos, em oposição a princípios de linearidade e especificidade funcional, não se restringem à formação de períodos compostos, ambos os processos, dentro da teoria estruturalista que os derivou.

A coordenação sofre restrições de ordem semântica, regidas pela natureza dos termos que devem constar em uma estrutura qualquer. A subordinação é um processo intrinsecamente sintático que não sofre nenhum tipo de interferência semântica, porém pragmática. A dependência semântica da oração coordenada com relação ao contexto pragmático deriva do controle da dependência interna. Tal dependência surge quando de uma interdependência interna ao período, nesse caso, diz-se haver uma sequência lógica, em que pode ou não haver interferência de uma situação sobre a outra.

Os períodos compostos apresentam diferentes tipos de orações, estas, com o mais variado comportamento sintáticos. A função adverbial, por exemplo, se caracteriza por uma contração de um termo com um adjetivo, verbo ou advérbio e quando este termo é móvel e não modifica o substantivo. Ainda no período composto, destacam-se os grupos de orações que o compõem: subordinadas substantivas; subordinadas adjetivas; subordinadas típicas de função adverbial; subordinadas ou coordenadas híbridas; coordenadas típicas; e orações não classificáveis pela teoria estruturalista.

Dentre as adverbiais - pode-se dizer que não constam na Nomenclatura Gramatical Brasileira, as orações locativas e modais. Todas as demais orações apresentadas neste trabalho compõem de alguma forma o quadro da NGB e na maioria das gramáticas tradicionais. O que efetivamente se organizou aqui – foi tão somente empregar termos que possivelmente melhor caracterizam as propriedades sintáticas ou semânticas de certas orações.

Ao considerar uma estratégia discursiva, a opção por estruturas coordenadas, não coordenadas, subordinadas ou não subordinadas, pode, a partir da opção de escolha de um destes tipos de construção, aumentar ou diminuir a clareza e adequação ao tipo de registro, controlar o modo do discurso e evitar ambiguidade. Essas são razões a objetivar a escola trabalhar com a coordenação e a subordinação incide sobre o aprimoramento das habilidades de construção e interpretação de textos orais e escritos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo. *Lições de português pela análise sintática*. 12. ed., Rio de Janeiro: Padrão, 1983.

BOTELHO, José Mario. *O limite e a importância da oração subordinada*. Monografia (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1993.

CARONE, Flávia de Barros. *Subordinação e coordenação: Confrontos e Contrastes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1993.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

<http://www.brasilia.df.gov.br/sites/200/204/00000196.pdf>

<http://www.celsul.org.br/Encontros/04/artigos/127.htm>

<http://www.home.uni-osnabrueck.de/bschwisc/archives/tesniere.pdf>

[http://www.letras.ufrj.br/proaera/artigo\\_instrumento\\_fabio\\_fortes.pdf](http://www.letras.ufrj.br/proaera/artigo_instrumento_fabio_fortes.pdf)

<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=ngbras>

[http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos\\_r2/revista2\\_7.pdf](http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r2/revista2_7.pdf)

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Gramática da língua portuguesa* – 1ªed. Port. Portugal: Almedina Brasil – BR, 2001.

MATEUS, Maria Helena Mira. *Gramática da língua portuguesa*. Livraria Almedina, 1983.

MEXIAS-SIMON, Maria Lúcia. A construção do texto: coesão e coerência textuais - conceito de tópico. Disponível em:

<[www.filologia.org.br/revista/40suple/a\\_construcao\\_de\\_texto.pdf](http://www.filologia.org.br/revista/40suple/a_construcao_de_texto.pdf)>.

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 2000. [4. ed. 2001].

PERINI, M. A. *Para uma nova gramática do português*. São Paulo: Ática, 1989.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 36. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

TESNIÈRE, Lucien. *Éléments de syntaxe structurale*. Paris, 1965.

\_\_\_\_\_. *Elementos de sintaxis estructural*. Prefacio de Jean Fourquet; version española de Esther Diamante. Madri: Gredos, 1994.

TURAZZA, Jeni S. *Léxico e ideologia na Europa Ocidental*. São Paulo: Annablume, 1998.

VOGT, Carlos. Indicações para uma análise semântico-argumentativa das conjunções porque, pois e já que. **In:** *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo: Hucitec, 1989.

ZILBERBERG, Claude. *Razão e poética do sentido*. São Paulo: USP, 2006